



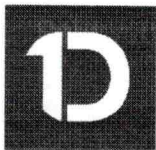
**Município de Campo Bom  
Estado do Rio Grande do Sul – Brasil**

**Referente: Pregão Eletrônico 100/2023**

Acato as considerações da manifestação técnica e jurídica no sentido de não dar provimento à impugnação apresentada pela empresa **KONICA MINOLTA HEALTHCARE DO BRASIL INDÚSTRIA DE EQUIPAMENTOS MÉDICOS LTDA.**

Campo Bom, 08 de dezembro de 2023.

**Luciano Libório Baptista Orsi**  
Prefeito Municipal



## VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: 3281-7227-2B87-CCBB

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



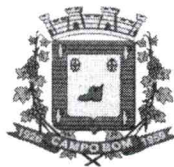
LUCIANO LIBORIO BAPTISTA ORSI (CPF 440.XXX.XXX-25) em 09/12/2023 18:05:33 (GMT-03:00)

Papel: Assinante

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://campobom.1doc.com.br/verificacao/3281-7227-2B87-CCBB>



**MUNICÍPIO DE CAMPO BOM**  
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - BRASIL

**Referência:** Processo Administrativo nº 15.293/2023

**Interessado:** Comissão permanente de licitações

**PARECER JURÍDICO nº 184/2023**

APRECIÇÃO IMPUGNAÇÃO  
APRESENTADA PELA EMPRESA KONICA  
MINOLTA HEALTHCARE DO EDITAL  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 100/2023  
PARECER JURÍDICO. OPINA PELO  
PROSSEGUIMENTO DO EDITAL, NOS  
MOLDES DA MANIFESTAÇÃO TÉCNICA.

**1 – OBJETO**

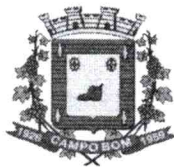
Trata-se de pedido de parecer jurídico referente a impugnação feita pela empresa KONICA MINOLTA HEALTHCARE do edital de pregão eletrônico nº 100/2023 reiterando os fundamentos da última impugnação, a qual apresenta críticas baseadas nas características do objeto, qual seja um aparelho de Raio-X para o hospital Lauro Reus.

Assim, tendo em vista o caráter estritamente técnico da demanda, foi encaminhada novamente a impugnação para análise do setor técnico, a fim de que fosse prestado os devidos esclarecimentos, o qual se manifestou contrário à impugnação em todos os seus fundamentos, opinando pelo indeferimento.

Feito esse breve resumo dos fatos, passa-se à análise do pedido.

**2 – PRELIMINAR – INTEMPESTIVIDADE**

A presente licitação estava prevista para ocorrer no dia 30 de novembro de 2023, tendo sido aberto prazo para eventuais impugnações e pedidos de esclarecimentos, os quais poderiam ser anexados até a data limite de 27 de novembro de 2023. Assim, foi protocolada no Portal de Compras Públicas na data de 24 de novembro de 2023 a impugnação do edital pela empresa KONICA MINOLTA HEALTHCARE DO BRASIL INDÚSTRIA DE



**MUNICÍPIO DE CAMPO BOM**  
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - BRASIL

EQUIPAMENTOS MÉDICOS LTDA. Ocorre que, em análise apurada pelo setor de licitações, a empresa não realizou a juntada do anexo contendo o arquivo da impugnação.

Assim, foi diligenciado junto a empresa para que ela encaminhasse via portal ou e-mail o documento referente aos seus fundamentos. Porém, a empresa realizou a referida juntada apenas no dia 28 de novembro de 2023, via e-mail recebido pela pregoeira, tornando, assim, totalmente intempestiva a presente impugnação.

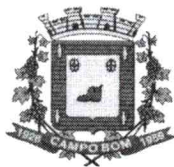
Nesse sentido, é o que prevê o Art. 41, §2º da Lei 8666/93:

“Art. 41. A Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada.

(...)

§ 2º Decairá do direito de impugnar os termos do edital de licitação perante a administração o licitante que não o fizer até o segundo dia útil que anteceder a abertura dos envelopes de habilitação em concorrência, a abertura dos envelopes com as propostas em convite, tomada de preços ou concurso, ou a realização de leilão, as falhas ou irregularidades que viciariam esse edital, hipótese em que tal comunicação não terá efeito de recurso”.

Outrossim, a própria página do Portal de Compras Públicas prevê o calendário de datas limites para impugnação, o qual confirma o dia improrrogável de 27 de novembro para tal, vide página extraída da consulta ao Pregão Eletrônico de nº 100/2023 no site do portal:



**MUNICÍPIO DE CAMPO BOM**  
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - BRASIL

**PORTAL**  
DE LICITAÇÃO ELETRÔNICA

PROCESSOS | APRENDER | NOVIDADES | DOCUMENTOS | SOBRE | BLOG | CONTATO

CADASTRE-SE

DOCUMENTOS

IR PARA OS ITENS

ANDAMENTO DO PROCESSO

**Informações**

Tipo: Pregão - Menor Preço  
Tratamento da Fase de Lances: Aberto  
Operação: Redução  
Pregoeiro: Evelyn Schatz Heps  
Autoridade Competente: LUFIANO LEBORO EARTHSTA-JR/S  
Apoio: NEIVA GORETTI DAMEROS, RAQUEL NUNES LEAL  
Origem dos Recursos: Próprio  
Aplicar o Decreto 10.024/2019, Sim  
Legislação Aplicável: Decreto nº 10.1124 de 20 de setembro de 2019 -  
Novo Pregão Eletrônico

**Datas**

Data de Publicação: 14/11/2023 às 17:34  
Início das Propostas: 14/11/2023 às 18:30  
Limite para Impugnações: 27/11/2023 às 18:30  
Limite para Esclarecimentos: 27/11/2023 às 18:30  
Limite p/ Recebimento das Propostas: 30/11/2023 às 09:25  
Abertura das Propostas: 30/11/2023 às 09:30

**Documentos**

Documentos do Processo

Documentos de Fornecedores

Buscar Documentos

Dessa forma, a procuradoria opina pelo total indeferimento da presente impugnação, em sede de preliminar, tendo em vista a apresentação intempestiva da presente peça pela empresa.

Ademais, com relação ao mérito, passa-se a análise abaixo. Ressalta-se, porém, que a procuradoria jurídica entende pela perda de objeto da presente impugnação, haja vista já ter sido analisada a questão em momento anterior, na primeira impugnação apresentada (no dia 29 de agosto de 2023), sendo que a empresa baseia sua irresignação nos mesmos fatos trazidos anteriormente, os quais já foram devidamente esclarecidos pelos setores técnicos.

### 3 – DO MÉRITO

Com relação ao mérito, cumpre salientar que da análise apurada da demanda, verifica-se que se trata de cunho estritamente técnico, o qual não cabe a procuradoria jurídica se manifestar a respeito, pois não possui capacidade técnica e a “*expertise*” necessária que o objeto demanda, os quais devem ser respondidos e justificados pelos setores responsáveis.

Dessa forma é o que se extrai do enunciado do Manual de Boas Práticas Consultivas da Advocacia-Geral da União, como se pode observar, o controle prévio de





**MUNICÍPIO DE CAMPO BOM**  
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - BRASIL

legalidade se dá em função do exercício da competência da análise jurídica da futura contratação, não abrangendo, portanto, os demais aspectos envolvidos, como os de natureza técnica, mercadológica ou de conveniência e oportunidade. Em relação a esses, eventuais apontamentos decorrem da imbricação com questões jurídicas, na forma do Enunciado BPC nº 07, do Manual de Boas Práticas Consultivas da Advocacia-Geral da União:

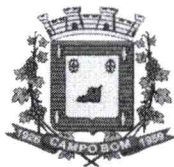
*“Enunciado BPC nº 7*

*A manifestação consultiva que adentrar questão jurídica com potencial de significativo reflexo em aspecto técnico deve conter justificativa da necessidade de fazê-lo, evitando-se posicionamentos conclusivos sobre temas não jurídicos, tais como os técnicos, administrativos ou de conveniência ou oportunidade, podendo-se, porém, sobre estes emitir opinião ou formular recomendações, desde que enfatizando o caráter discricionário de seu acatamento”.*

Nesse sentido, verifica-se que isso foi feito, tendo sido diligenciado pelo setor de licitações os devidos esclarecimentos com os setores responsáveis, conforme se depreende dos autos do processo administrativo nº 454/2023 em que fora realizada a juntada das manifestações da secretaria responsável, bem como do setor técnico de engenharia do hospital, em mais de uma oportunidade, pois a presente impugnação está sendo apresentada pela segunda vez, através da mesma empresa, com base nos mesmos fundamentos.

Diante disso, com relação ao mérito do recurso, a procuradoria jurídica reitera todo o exposto no parecer jurídico de nº 133/2023, anexado no despacho de nº 22, nos autos do processo administrativo de nº 454/2023, pois devidamente esclarecida e exaurida as questões técnicas do aparelho em todos os pontos pela secretaria responsável e pelo setor de engenharia do hospital.

Assim, presume-se que as especificações técnicas contidas no presente processo, inclusive quanto ao detalhamento do objeto da contratação, suas características, requisitos e



**MUNICÍPIO DE CAMPO BOM**  
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - BRASIL

avaliação do preço estimado, tenham sido regularmente determinadas pelo setor competente do órgão, com base em parâmetros técnicos objetivos, para a melhor consecução do interesse público. O mesmo se pressupõe em relação ao exercício da competência discricionária pelo órgão assessorado, cujas decisões devem ser motivadas nos autos.

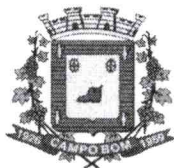
Portanto, tendo em vista não se tratar de teor jurídico, bem como não possuir condições técnicas capazes de solucionar a problemática trazida, a procuradoria deixa de se manifestar com relação as questões técnicas, devendo, nesse caso, a comissão de licitação ter como base e norte orientador os pareceres técnicos juntados aos autos a fim de subsidiar suas decisões, pois são os únicos capazes de opinar e trazer segurança quanto a descrição do item.

#### **4 – CONCLUSÃO**

Pelo exposto, tendo em vista a apresentação intempestiva da presente impugnação, a procuradoria jurídica opina, em sede liminar, pelo seu total indeferimento. Ademais, com relação ao mérito da demanda, tendo em vista já ter sido apreciada a questão pelos setores responsáveis, a procuradoria jurídica verifica a perda do objeto da impugnação, pois baseia-se nos mesmos fatos, os quais já foram devidamente analisados pelos setores técnicos responsáveis e que já se manifestaram de forma exaustiva acerca do não conhecimento dos pedidos da empresa. Assim, por não possuir capacidade técnica acerca do objeto em questão, sugere o prosseguimento do feito com base na análise realizada pelos setores competentes, quais sejam a secretaria de saúde e técnico engenheiro do hospital, conforme pareceres juntados aos autos.

É o parecer que submete à apreciação superior.

Campo Bom/RS, 8 de dezembro de 2023.



**MUNICÍPIO DE CAMPO BOM**  
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - BRASIL

---

**Maria Carolina Isoppo Pinzon Marques**

Procuradora do Município

OAB/RS: 117.943

**Fernando Costa Rodrigues**

Procurador-Geral do Município

OAB/RS: 83.009





## VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: 352E-D745-BAA4-A767

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

- ✓ MARIA CAROLINA ISOPPO PINZON MARQUES (CPF 042.XXX.XXX-43) em 08/12/2023 13:05:47 (GMT-03:00)  
Papel: Assinante  
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)
- ✓ FERNANDO COSTA RODRIGUES (CPF 824.XXX.XXX-91) em 08/12/2023 14:26:55 (GMT-03:00)  
Papel: Assinante  
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://campobom.1doc.com.br/verificacao/352E-D745-BAA4-A767>